

# ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia  
Brasileira de Ciências Contábeis

# SABER

## Considerações sobre a prática contábil a partir do agir comunicativo na sociedade contemporânea

Por Prof. Rosely Machado e Prof. Fabio Vizeu Ferreira



### Academia

Reuniões Regimentais da Abracicon aconteceram em fevereiro

### Exclusiva Abracicon

Análises comparativa da condição financeira dos municípios do estado do Tocantins com aplicação do teste dos 10 pontos

### Conversa Afinada

Entrevista com Erenita Sousa



**ABRACICON**  
ACADEMIA BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

# Covid-19 e medidas de restrição fiscal: “austeridade cura? Austeridade mata?”

“Austeridade cura? Austeridade mata?”. Esse é o título de um livro com mais de 80 artigos de pesquisadores tratando sobre austeridade ou medidas de restrição fiscal (ajustes fiscais). As lições saem da literatura para a prática. E hoje, com a pandemia da Covid-19, a Europa atestou que AUSTERIDADE MATA!

A presidente da Comissão da União Europeia (UE), Ursula Von der Leyen, anunciou, em função do Covid-19, a suspensão das regras de austeridade fiscal. Assim, a comissão da UE (União Europeia) aplicou a cláusula de salvaguarda do Pacto de Estabilidade, que permitirá aos governos injetarem dinheiro no sistema pelo tempo que for necessário. Uma decisão sem precedentes<sup>2</sup>.

As políticas de austeridade são instrumentos justificados pelas crises para, por meio delas, obrigar os cidadãos a pagarem as dívidas do capital financeiro, desmontando o Estado social pela diminuição da produção, aumento do desemprego, baixa dos salários reais e redução dos direitos sociais, sufocando os sistemas públicos de seguridade social.

Com efeito, o pacto orçamental autoriza, em tempos de normalidade, medidas decisórias pela Comissão Europeia ou

pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, sem a intervenção dos parlamentos e dos sistemas judiciários nacionais, o que reflete um verdadeiro desvirtuamento do poder democrático local. Dito de outra forma, as decisões são tomadas fora do escopo das escolhas feitas pelos cidadãos para alguma mudança política no âmbito local.

No entanto, com o Covid-19, o mundo entrou em uma crise financeira para combater o vírus e manter as medidas sanitárias necessárias para salvar vidas, ao mesmo tempo que necessita minimizar as perdas e redução da atividade econômica, com consequente queda do PIB, emprego, recessão e até depressões econômicas.

Nesse sentido, o papel do Estado está sendo fundamental no combate à crise, sendo necessário o abandono das medidas restritivas de austeridade para provocar estímulos fiscais, como está acontecendo em todo o mundo, a exemplo da Espanha, onde o governo anunciou medidas fiscais e creditícias na ordem de 200 bilhões de euros; nos EUA o pacote de medidas anunciadas ultrapassa US\$1 trilhão; na Alemanha foram acionados os bancos de desenvolvimentos para empréstimos; no Reino Unido o pacote de estímulo soma 30 bilhões de libras e 330 bilhões em garantias de empréstimos para

empresas; entre outras medidas fiscais, monetárias e financeiras propostas pelos Estados nacionais.

Esta é uma lição ao Brasil, que poderia rever a política econômica radical de austeridade fiscal, que vem aplicando, revendo o “Teto dos Gastos”, PEC emergencial, entre outras medidas de restrição, assim como o papel do Estado na economia, peça fundamental ao desenvolvimento econômico e social.

Mais especificamente quanto ao novo regime fiscal vigente (teto dos gastos), após 4 anos de aprovação da emenda constitucional, é possível fazermos uma análise sucinta dessa medida. Diminuíram os direitos sociais da Educação e Saúde, que já eram escassos. Claro que isso ia acontecer. É insano congelar os gastos públicos por 20 anos. Ademais, somente as despesas sociais estão sujeitas ao teto, deixando livre as despesas financeiras, desprezando os ciclos econômicos, sem válvulas de escape, inclusive forçando disputas entre poderes no orçamento, sobrou, certamente, para os gastos com menos mobilização e força, como os sociais. Não deu certo em país nenhum e os que fizeram tal controle incluíram os gastos financeiros, além, sobretudo, de ser inconstitucional o Novo Regime fiscal, por atentar contra as cláusulas pétreas dos direitos fundamentais da Educação e Saúde.



Diante desse e de outros exemplos, vimos que chegou o momento de acabar com a fase de negação e passarmos para fase de aceitação. A crise do coronavírus permitiu mostrar a importância do Estado com medidas de estímulo fiscal, injetando recursos, garantindo renda mínima ao cidadão, promovendo gastos na saúde e pesquisas, valorizando os bancos estatais de desenvolvimento. É possível e necessária uma relação simbiótica e não parasitária entre Estado e Mercado. Uma relação na qual o Estado, além de garantir estímulos fiscais, possa ter um papel empreendedor – como bem analisado pela economista italiana Mariana Mazzucato<sup>3</sup> – auxiliando o setor privado a encontrar novas oportunidades rentáveis que contribuam ao desenvolvimento, por meio da indução à inovação e à criação de produtos complexos, somado à participação das universidades nas pesquisas a fim de criar e disseminar conhecimento. Mazzucato afirma que receitas como austeridade só prejudicam, pois não é o tamanho agregado do setor público que importa, mas a qualidade com que se está gastando, como um sistema de saúde eficiente, funcional, educação de qualidade e pesquisas inovadoras que possam contribuir para a formação de capital humano e tecnologias futuras.

Keynes já deixava sua lição desde o pós-segunda guerra, em que o Estado pode gerar déficit público, desde que seja um déficit para garantir o pleno emprego. Agora percebemos o quanto é desnecessário e fatal gerar um déficit para garantir o capital financeiro, em detrimento do capital produtivo, como acontece atualmente no Brasil e boa parte do mundo.

O resgate do keynesianismo, tão presente atualmente, nos remete ao livro de Robert Skidelsky<sup>4</sup>, cujo título

é extremamente sugestivo, “Keynes, o Regresso do Mestre” e que desenvolve três ideias de Keynes particularmente relevantes: a primeira é a de que o futuro é imprevisível, assim como as crises econômicas, sobretudo as que têm origem no sistema financeiro. Portanto, não são fatores externos que chocam contra mercados em lenta adaptação, mas, sim, parte do normal funcionamento do sistema dos mercados, sendo que, no nosso caso especificamente, a crise financeira está sendo originada pelo avanço da pandemia mundial. A segunda ideia de Keynes é a de que as economias atingidas por estes “choques” podem manter-se em depressão durante muito tempo, caso sejam deixadas isoladas; é por isso que os governos precisam ter – e usar – Munições Fiscais, a fim de impedir que uma crise financeira chegue a depressão econômica. A terceira, e talvez a mais importante, é uma crítica moral das sociedades que buscam a obtenção de dinheiro e eficácia a qualquer custo e acima de todos os outros objetivos da sobrevivência humana.

Não que sejamos contrários a algumas medidas de restrição, sim, é possível, mas dentro de uma verdadeira responsabilidade fiscal, que garanta

o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a progressão social e, não, de um falso discurso de “eficiência” e “equilíbrio fiscal”, com a finalidade única e exclusiva de redução dos direitos sociais para manutenção do capital financeiro.

Nesse momento de crise econômica e da saúde pela qual o mundo e o Brasil estão passando, refletimos os questionamentos trazidos por Tony Judt em seu livro “Pensar o Século XXI”<sup>5</sup>: “O século XX não foi necessariamente como nos ensinaram a vê-lo. Não foi, ou não foi somente a grande batalha entre a democracia e o fascismo, ou do comunismo contra o fascismo, ou da liberdade contra o totalitarismo. A minha ideia é que, na maior parte do século, estivemos envolvidos em debates implícitos ou explícitos sobre a ascensão do Estado. Que espécie de Estado queriam as pessoas livres? Que preço estavam dispostas a pagar por ele e que propósitos queriam que ele servisse?”. E hoje de maneira urgente e necessária precisamos rever o debate da ascensão do Estado. Assim volto à pergunta para nossa reflexão aqui no Brasil: Que espécie de Estado você quer? Quanto estamos dispostos a pagar por esse Estado? A quais propósitos queremos que ele sirva?

#### REFERÊNCIAS

Coronavirus. L'Union européenne annonce une suspension inédite des règles de discipline budgétaire. ouest-france. Disponível em: <https://www.ouest-france.fr/sante/virus/coronavirus/coronavirus-l-union-europeenne-annonce-une-suspension-inedite-des-regles-de-discipline-budgetaire-6787069>. Acessado em: 21.03.2020.

JUDT, Tony. Pensar o século XX. Lisboa: edições 70, 2012.

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

SKIDELSKY, Robert. Keynes: o regresso do mestre. Tradução: Sónia Oliveira. Alfragide: Leya, 2010.



**Willame Parente Mazza:** Pós-doutor em Direito (Universidad de Sevilla - ES), é doutor em Direito Público (Unisinos-RS). Mestre em Direito Econômico e Tributário (UCB-DF), é professor de Direito Financeiro e Tributário (Uespi) e auditor fiscal da Sefaz-PI.